

SANTA CASA DE MISERICÓRDIA DE BARRETOS

*Demonstrações Financeiras referentes aos exercícios
findos em 31 de dezembro de 2023 e de 2022
Relatório dos Auditores Independentes*

SANTA CASA DE MISERICÓRDIA DE BARRETOS
Demonstrações Financeiras em
31 de dezembro de 2023 e de 2022

Conteúdo

	Pág.
Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras	1 – 3
Balancos patrimoniais	4 – 5
Demonstrações de resultado Gerencial	6
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido	7
Demonstrações dos fluxos de caixa – Método indireto	8
Notas explicativas às demonstrações financeiras	9 – 27

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos administradores da
SANTA CASA DE MISERICÓRDIA DE BARRETOS
Barretos – SP

Opinião com ressalva

Examinamos as demonstrações financeiras da **SANTA CASA DE MISERICÓRDIA DE BARRETOS**, que compreendem o balanço patrimonial, em 31 de dezembro de 2023, e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, exceto pelos efeitos do assunto descrito na seção a seguir intitulada “Base para opinião com ressalva”, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da **SANTA CASA DE MISERICÓRDIA DE BARRETOS**, em 31 de dezembro de 2023, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião com ressalva

- I. Até o encerramento dos nossos trabalhos, não obtivemos a totalidade das respostas às cartas de confirmação enviadas bancos, clientes e fornecedores. Desta forma, não nos foi possível concluir com exatidão sobre os saldos relacionados a totalidade destas operações apresentadas nas demonstrações financeiras findas em 31 de dezembro de 2023.
- II. A Entidade não possui controle individualizado físico e contábil do ativo imobilizado e iniciou a contabilização das despesas com depreciação a partir de junho de 2016. Portanto, não foi possível determinar se os ajustes dos saldos das contas resultariam em efeitos relevantes sobre as demonstrações financeiras.

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação à Entidade, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião com ressalva.

Incerteza significativa relacionada com a continuidade operacional

As demonstrações financeiras foram preparadas no pressuposto da continuidade normal das operações da Entidade. Conforme nota nº 2, em 31 de dezembro de 2023 a entidade apresenta passivo à descoberto no montante de R\$ 95.912.202 e deficiência de capital de giro no montante de R\$ 18.975.260, respectivamente. Fatores estes que geram dúvidas quanto à sua possibilidade de continuar em operação. As demonstrações financeiras não incluem quaisquer ajustes relativos à realização e classificação dos valores de ativos ou quanto aos valores e classificação de passivos que seriam requeridos na impossibilidade de a Entidade continuar operando.

Ênfase

Conforme nota explicativa nº 17, em 31 de dezembro de 2022: (i) Ressarcimento ao SUS: Este procedimento está previsto na Instrução Normativa Conjunta ANS nº 5, de 30/09/2011, que determina que as operadoras de planos privados de assistência à saúde devem proceder ao registro contábil relativo ao ressarcimento SUS no passivo, na conta de Provisão de Eventos/Sinistros a Liquidar.

Responsabilidades da Administração pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Entidade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Entidade ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Entidade são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas, não, uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Entidade.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Entidade. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Entidade a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 28 de março de 2024.

Santa Casa de Misericórdia de Barretos

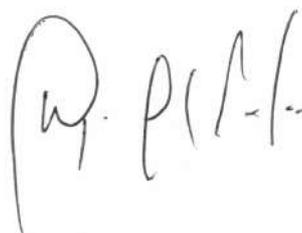
Balanço Patrimonial

Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e de 2022

Em Reais

ATIVO	Nota Explicativa	2023	2022
CIRCULANTE		9.966.438	9.389.673
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA		19.231	20.184
Caixa e Equivalente de caixa	3	6.336	12.085
Aplicações Financeiras sem restrição	4	12.720	7.925
Aplicações Financeiras com restrição	4	174	174
CLIENTES E OUTROS RECEBÍVEIS		9.902.990	9.348.632
Créditos de operações com planos de assistência à saúde	5	4.743.544	4.743.544
(-) Provisão Créditos e Liq. Duvidosa	5	(4.743.544)	(4.743.544)
Créditos de operações de assist. à saúde não relac. c/ planos de saúde da operadora	6	5.356.180	5.915.563
Estoques	8	4.541.646	3.414.014
Bens e títulos a receber	7	5.164	19.055
OUTROS ATIVOS CIRCULANTES		44.217	20.857
Adiantamentos	7	44.217	17.758
Alugueis a receber	7	-	3.099
NÃO - CIRCULANTE		35.390.293	38.161.773
REALIZÁVEL A LONGO PRAZO		5.738.519	5.203.712
Depósitos Extra- Judiciais	9	5.738.519	5.203.712
Outros Créditos		-	-
IMOBILIZADO	10	29.651.774	32.958.061
Imobilizado		53.204.358	52.961.681
(-) Depreciação Acumulada		(23.552.583)	(20.003.620)
TOTAL DO ATIVO		45.356.731	47.551.446

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.



Anderson M. da Silva
Téc. em Contabilidade
CRC 1SP 309339/O-4

Santa Casa de Misericórdia de Barretos

Balanço Patrimonial

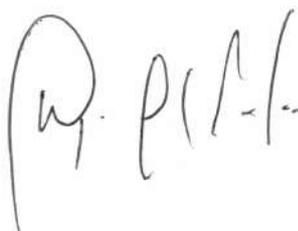
Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e de 2022

Em Reais

PASSIVO	Nota Explicativa	2023	2022
CIRCULANTE		28.941.698	29.392.619
Débitos com operações de assist. à saúde não rel. com planos de saúde da operadora	11	3.354.229	3.527.606
Tributos e encargos sociais a recolher	12	1.338.849	1.273.639
Parcelamentos de tributos e encargos sociais	13	2.423.798	2.506.208
Empréstimos e financiamentos	14	10.400.934	9.908.792
Obrigações com pessoal	15	6.071.018	6.117.812
Fornecedores	15	3.295.810	3.503.587
Outros débitos a pagar	16	2.057.059	2.554.975
NÃO CIRCULANTE		112.327.235	123.715.066
Provisão de eventos/ sinistros a liquidar para o SUS	17	18.485.575	17.115.919
Contingências	18	370.500	477.992
Tributos e encargos sociais a recolher	12	1.121.281	1.121.281
Parcelamentos de tributos e encargos sociais	13	10.796.268	13.137.375
Empréstimos e financiamentos	14	54.079.447	46.552.476
Fornecedores	19	16.708.057	16.708.057
Subvenções a realizar	20	10.766.107	28.601.966
PATRIMÔNIO LÍQUIDO / PASSIVO A DESCOBERTO		(95.912.202)	(105.556.239)
Ajuste de avaliação patrimonial		8.310.777	8.310.777
Superávit/ déficit acumulado		(104.222.979)	(113.867.016)
TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		45.356.731	47.551.446

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

5



Anderson M. da Silva
Téc. em Contabilidade
CRC 1SP 308339/O-4

Santa Casa de Misericórdia de Barretos

Demonstração do Resultado

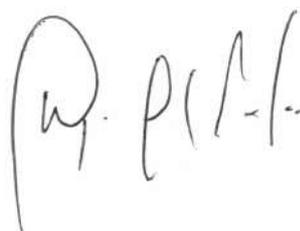
Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e de 2022

Em Reais

DESCRIÇÃO	NOTA	2023	2022
RECEITAS			
Receita de convênio - SUS	21	55.900.354	58.860.241
Receita demais convênios	22	12.475.204	17.612.475
Receita de particulares	22	378.868	463.938
Subvencões Governamentais	23	66.811.336	34.225.878
Covid	21.1	-	142.500
Total das receitas		135.565.761	111.305.032
Deduções da receita bruta			
Glosas de serviços		(5.428.522)	(11.539.602)
Receita operacional líquida		130.137.239	99.765.430
Custos dos materiais / medicamentos	28	(31.076.681)	(30.424.568)
Custos dos serviços assistenciais prestados	28	(42.525.486)	(39.000.139)
Superávit Bruto		56.535.072	30.340.723
DESPESAS			
Salários e encargos	29	(50.558.333)	(47.367.400)
Administrativas e gerais	29	(9.345.454)	(8.617.363)
Tributárias	29	(58.439)	(63.792)
Depreciação e amortização	29	(3.548.963)	(3.493.789)
Total das despesas		(63.511.189)	(59.542.344)
Superávit (déficit) operacional anual		(6.976.117)	(29.201.621)
OUTRAS RECEITAS (DESPESAS) OPERACIONAIS			
Doações	24	3.676.629	3.652.843
Outras receitas	25/26	214.927	1.180.277
Total de outras receitas (despesas) operacionais		3.891.556	4.833.120
RESULTADO FINANCEIRO			
Receita financeira	30	128.184	307.636
Despesa financeira	30	(7.324.859)	(5.227.141)
Total de outras receitas (despesas) operacionais		(7.196.675)	(4.919.505)
Resultado antes das receitas extraordinarias		(10.281.236)	(29.288.006)
RECEITAS EXTRAORDINARIAS			
Emendas impositivas	27	19.925.273	53.001.810
Total de receitas (despesas) extraordinarias		19.925.273	53.001.810
Superávit/(déficit) do exercício	39	9.644.037	23.713.804

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

6



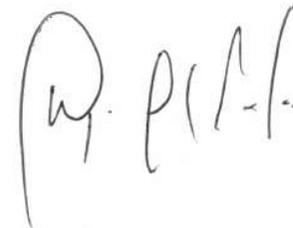
Anderson M. da Silva
Téc. em Contabilidade
CRC 1SP 308339/O-4

SANTA CASA DE MISERICORDIA DE BARRETOS
AV 23, 1208 - BARRETOS - SP- CNPJ: 44.782.779/0001-10

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO / PASSIVO A DESCOBERTO				
FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E DE 2022 (EM REAIS)				
CONTAS ESPECIFICAÇÕES	PATRIMÔNIO SOCIAL	AJUSTE DE AVALIAÇÃO PATRIMONIAL	DEFICIT/SUPERAVIT ACUMULADO	PATRIMÔNIO LÍQUIDO
Saldo em 31 de dezembro de 2021	(137.580.820)	8.310.777	-	(129.270.043)
Déficit/ Superávit do Exercício	-	-	23.713.804	23.713.804
Transferência para patrimônio social	23.713.804	-	(23.713.804)	-
Saldo em 31 de dezembro de 2022	(113.867.016)	8.310.777	-	(105.556.239)
Déficit/ Superávit do Exercício			9.644.037	9.644.037
Transferência para patrimônio social	9.644.037		(9.644.037)	
Saldo em 31 de dezembro de 2023	(104.222.979)	8.310.777	-	(95.912.202)

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

7



Anderson M. da Silva
Anderson M. da Silva
Téc. em Contabilidade
CRC 1SP 308339/O-4



SANTA CASA DE MISERICORDIA DE BARRETOS
AV 23, 1208 - BARRETOS - SP- CNPJ: 44.782.779/0001-10

DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA - MÉTODO INDIRETO

1- ATIVIDADES OPERACIONAIS	2023	2022
Superávit/ Déficit do Exercício	9.644.037	23.713.804
(+) Depreciação e Amortização	3.548.963	3.493.789
Superávit do Exercício Ajustado	13.193.000	27.207.593
Acréscimo / Decréscimo do AC + ANC		
(+)/(-) Aplicações financeiras	(4.795)	(7.472)
(+)/(-) Créditos de oper. de assist. à saúde não relat. com planos de saúde da operadora	559.382	(1.200.668)
(+)/(-) Bens e títulos a receber	13.891	62.080
(+)/(-) Outros créditos a receber do não circulante	(1.685.799)	(2.339.632)
Total de Acréscimos/Decréscimos do AC + ANC	(1.117.321)	(3.485.692)
Acréscimo / Decréscimo do PC + PNC		
(+)/(-) Débitos com operações de assistência à saúde não relacionados com planos de saúde da operadora	(173.376)	396.384
(+)/(-) Tributos e encargos sociais a recolher e parcelamentos	(17.200)	(103.927)
(+)/(-) Fornecedores	(207.777)	827.647
(+)/(-) Obrigação com Pessoal	(46.794)	401.332
(+)/(-) Débitos diversos	(497.915)	(841.962)
(+)/(-) Passivo não circulante	(18.914.801)	20.346.486
Total de Acréscimos/Decréscimos do PC + PNC	(19.857.863)	21.025.960
TOTAL DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS	(7.782.184)	44.747.861
2- DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS		
(-) Novas aquisições de ativo Imobilizado e Intangível	(242.677)	(983.149)
(-) Aumentos de investimentos não circulantes	-	-
Geração (Utilização) de caixa em atividades de financiamentos	(242.677)	(983.149)
3- DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTOS		
Aumento (diminuição) de empréstimos	14.607.354	-
Amortização de empréstimos	(6.588.242)	(43.797.042)
Geração (Utilização) de caixa em atividades de financiamentos	8.019.112	(43.797.042)
(1+2+3) VARIAÇÃO DAS DISPONIBILIDADES	(5.749)	(32.330)
DISPONIBILIDADE NO INÍCIO DO PERÍODO	12.085	44.415
VARIAÇÃO OCORRIDA NO PERÍODO	(5.749)	(32.330)
DISPONIBILIDADE NO FINAL DO PERÍODO	6.336	12.085

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

8

Anderson M. da Silva
 Téc. em Contabilidade
 CRC 1SP 308339/O-4



Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Financeiras Em 31 de dezembro de 2023 e de 2022 Em Reais

1. Contexto operacional

A Santa Casa de Misericórdia de Barretos é uma Instituição organizada sob a forma de Associação de fins não econômicos, beneficentes e filantrópicos, constituída em Assembleia Geral de 09 de janeiro de 1921, reconhecida de Utilidade Pública Municipal pela Lei nº 712 de 24 de agosto de 1959, e Federal pelo Decreto nº 98.147, de 15 de setembro de 1989. É uma Associação filantrópica atuante na área da assistência médico-hospitalar, obriga-se a manter leitos e serviços hospitalares para uso público, gratuito, sem qualquer distinção de raça, cor, sexo ou religião, dentro das normas estabelecidas por legislações e regulamentos Federais, Estaduais e Municipais. Tem sua sede e foro na cidade de Barretos, no Estado de São Paulo, à Avenida 23, nº 1.208, Centro e à Rua 28 nº 728, está inscrita no CNPJ-MF sob o nº 44.782.779/0001-10.

São objetivos sociais da Santa Casa: Prestar assistência integral à saúde a qualquer pessoa, em conformidade com as legislações Federal, Estadual e Municipal e os seus regulamentos e normas administrativas; Prestar atendimento gratuito, dentro das possibilidades orçamentárias da Santa Casa, aos necessitados não possam ser atendidos pelo SUS; Operar planos de assistência à saúde, mediante a garantia de abertura de custos assistenciais médico ambulatorial e hospitalar, a preço pré ou pós-estabelecido, por prazo indeterminado e sem limite financeiro, executados através dos serviços prestados pela Santa Casa ou rede credenciada para tanto, quando o Hospital não possuir o necessário serviço; Promover e estimular o voluntariado e a solidariedade.

2. Apresentação das Demonstrações Financeiras

As demonstrações financeiras foram elaboradas e estão apresentadas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil, as quais abrangem a legislação societária brasileira, os pronunciamentos, orientações e interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC, a legislação específica emanada pela Agência Nacional de Saúde Suplementar e ITG 2002 (R1) específica para Entidades sem Finalidades de Lucros para preparação de suas demonstrações financeiras.

Em 31 de dezembro de 2023 a entidade apresenta passivo à descoberto no montante de R\$ 95.912.202 e deficiência de capital de giro no montante de R\$ 18.975.260, respectivamente. Fatores estes que geram dúvidas quanto à sua possibilidade de continuar em operação. As demonstrações financeiras não incluem quaisquer ajustes relativos à realização e classificação dos valores de ativos ou quanto aos valores e classificação de passivos que seriam requeridos na impossibilidade de a Entidade continuar operando.

A autorização para a conclusão destas demonstrações financeiras pela Diretoria foi realizada em 26 de março de 2024.



**Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Financeiras
Em 31 de dezembro de 2023 e de 2022
Em Reais**

RESUMO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

a) Moeda funcional e de apresentação

As Demonstrações financeiras estão apresentadas em reais, que é a moeda funcional da Empresa.

b) Apuração do resultado do exercício

As receitas e despesas são registradas considerando o regime de competência de exercícios.

c) Estimativas contábeis

Na elaboração das demonstrações financeiras, é necessário utilizar estimativas para contabilizar certos ativos, passivos, e outras transações. As demonstrações incluem, portanto, estimativas referentes a provisões, créditos a receber e outras similares. Os resultados reais podem apresentar variações em relação às estimativas.

d) Instrumentos financeiros

Instrumentos financeiros não derivativos incluem caixa e equivalentes de caixa, contas a receber e outros recebíveis, contas a pagar e outras obrigações.

e) Ativos circulantes e não circulantes

Caixa e equivalentes de caixa

Os valores registrados em disponibilidades referem-se a saldos bancários de livre movimentação e aplicações financeiras de liquidez imediatas com baixo risco de variação no valor de mercado, e consideradas como equivalentes de caixa.

f) Passivos circulantes e não circulantes

São demonstradas pelos valores conhecidos ou calculáveis acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos, variações monetárias e/ou cambiais incorridas até a data do balanço patrimonial. Quando aplicável os passivos circulantes e não circulantes são registrados em valor presente, com base em taxas de juros que refletem o prazo, a moeda e o risco de cada transação.

Aplicações financeiras

São registradas pelos valores de custo acrescidos dos rendimentos auferidos até as datas dos balanços, que não excedem o seu valor de mercado ou de realização.



**Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Financeiras
Em 31 de dezembro de 2023 e de 2022
Em Reais**

Contraprestações pecuniárias a receber

As contraprestações pecuniárias a receber são registradas pelo valor nominal dos títulos representativos desses créditos.

Provisão estimativa para créditos de liquidação duvidosa

As contas a receber são registradas e mantidas no balanço pelo valor nominal dos títulos representativos desses créditos. A provisão estimativa para créditos de liquidação duvidosa é calculada por valor suficiente para cobrir eventuais perdas desses créditos.

Redução ao valor recuperável

Não houve indicações de perda de valor do ativo imobilizado, ativo intangível e estoques. Portanto, a Entidade não identificou qualquer evidência que justifica a necessidade de provisão.

Provisões

As provisões são reconhecidas, quando a Empresa possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, e é provável que um recurso econômico seja requerido para saldar a obrigação. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.

3. Disponível

	2023	2022
Caixa	5.978	11.940
Bancos conta movimento sem restrição	358	145
Bancos conta movimento com restrição	-	-
Total	6.336	12.085

4. Aplicações financeiras

	2023	2022
Investimentos Fundos/CDB sem restrição	12.720	7.925
Investimentos Fundos/CDB com restrição	174	174
Total	12.894	8.099



**Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Financeiras
Em 31 de dezembro de 2023 e de 2022
Em Reais**

5. Créditos de operações com planos de assistência à saúde

	2023	2022
Contraprestações pecuniárias a receber	4.743.544	4.743.544
(-) Provisão para perdas sobre créditos (i)	<u>(4.743.544)</u>	<u>(4.743.544)</u>
Total	<u>-</u>	<u>-</u>

(i) A provisão para cobertura de eventuais perdas na realização dos créditos a receber é constituída pela totalidade do crédito dos contratos vencidos há mais de 60 dias nos casos de operações com planos na modalidade de pré-pagamento e 90 dias para os demais casos.

6. Créditos de operações de assistência à saúde não relacionados com planos de saúde da operadora

A. Créditos públicos

	2023	2022
SUS	3.332.148	3.207.271
SUS Hemodiálise	551.233	508.237
Créditos Públicos	<u>3.883.381</u>	<u>3.715.508</u>

B. Créditos particulares

	2023	2022
Unimed	-	395.383
APAS	143.725	90.114
IAMSPE	240.554	256.624
Sindicato dos Servidores Públicos Municipais	383.986	383.986
São Francisco Sistema de Saúde	16.960	64.902
Austa Clínicas	147.729	102.193
Outros Convênios	923.831	1.290.839
PECLD (i)	<u>(383.986)</u>	<u>(383.986)</u>
Total Créditos particulares	<u>1.472.799</u>	<u>2.200.055</u>
Total Geral	<u>5.356.180</u>	<u>5.915.563</u>



Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Financeiras
Em 31 de dezembro de 2023 e de 2022
Em Reais

- (i) Provisão consiste em cima de processo judicial movido contra o Sindicato dos Servidores Públicos Municipais para receber os atendimentos a ele realizados no ano de 2017/2018.

7. Bens, títulos e créditos a receber

	2023		2022	
	Circulante	Não Circulante	Circulante	Não Circulante
Adiantamentos a fornecedores (i)	2.412	702.000	3.461	702.000
Adiantamentos a funcionários	41.805	-	14.298	-
Cheques a receber	2.197	-	4.282	-
Cartão de crédito	2.967	-	14.773	-
Aluguéis a receber	-	-	3.098	-
PECLD (i)	-	(702.000)	-	(702.000)
Total	49.381	-	39.912	-

- (i) Existe contabilizado no Longo Prazo valor que se refere a adiantamento de pagamento a prestador de serviço cuja negociação vem sendo discutida judicialmente. Porém em cumprimento a normas contábeis foi realizada a provisão de perda deste numerário.

8. Estoques

	2023	2022
Farmácia	973.623	835.780
Nutrição	130.409	93.262
Almoxarifado	3.437.614	2.484.972
Total	4.541.646	3.414.014



**Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Financeiras
Em 31 de dezembro de 2023 e de 2022
Em Reais**

9. Depósitos judiciais e fiscais

	<u>2023</u>	<u>2022</u>
Saldos bancários bloqueados	5.738.519	5.203.712
Total	5.738.519	5.203.712

Tais saldos são decorrentes de bloqueios em ações de cobrança de fornecedores de bens e serviços e créditos provenientes de convênios médicos.

10. Movimentação do Imobilizado

<u>Descrição</u>	<u>Taxa</u>	<u>Saldo</u>				<u>Saldo</u>
	<u>Anual</u>	<u>31.12.2022</u>	<u>Adições</u>	<u>Baixas</u>	<u>Transf.</u>	<u>31.12.2023</u>
	%	<u>R\$</u>	<u>R\$</u>	<u>R\$</u>	<u>R\$</u>	<u>R\$</u>
<u>Custo</u>						
Terrenos	10%	4.187.650	-	-	-	4.187.650
Edificações	38%	23.450.800	-	-	-	23.450.800
Máquinas, equip. e instalações (1)	39%	18.583.094	39.241	-	-	18.622.335
Móveis e utensílios	11%	4.971.331	5.085	-	-	4.976.416
Computadores e periféricos	1%	315.680	198.351	-	-	514.031
Veículos	2%	783.192	-	-	-	783.192
Imobilizado em andamento		669.934	-	-	-	669.934
Total	100%	52.961.681	242.677	-	-	53.204.358
<u>Depreciação Acumulada</u>						
Edificações		(4.690.551)	(938.032)	-	-	(5.628.583)
Máquinas, equip. e instalações		(10.565.697)	(1.860.756)	-	-	(12.426.453)
Móveis e utensílios		(3.378.528)	(497.345)	-	-	(3.875.873)
Computadores e periféricos		(280.257)	(96.192)	-	-	(376.449)
Veículos		(1.088.587)	(156.638)	-	-	(1.245.225)
Total		(20.003.620)	(3.548.963)	-	-	(23.552.583)
Total		32.958.061	(3.306.286)	-	-	29.651.774



**Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Financeiras
Em 31 de dezembro de 2023 e de 2022
Em Reais**

A Administração da Entidade realizou a análise da vida útil remanescente dos bens do ativo imobilizado e a definição dos valores residuais finais. Portanto, o cálculo da depreciação já contempla essas análises (valor depreciável), bem como, a análise quanto à recuperabilidade dos bens do ativo imobilizado.

11. Débitos com operações de assistência à saúde não relacionados com planos de saúde da operadora

	2023	2022
Prestadores de serviços de assistência à saúde	3.354.229	3.527.606
Total	3.354.229	3.527.606

12. Tributos e encargos sociais a recolher

	2023		2022	
	Circulante	Não Circulante	Circulante	Não Circulante
INSS funcionários a recolher	282.415	-	269.656	-
FGTS a recolher	261.539	-	260.766	-
Contribuições sindicais	239.726	-	235.674	-
IRRF retido na fonte	313.728	-	310.401	-
ISS retido na fonte	88.766	-	71.186	-
CSLL retido na fonte	18.960	-	22.937	-
COFINS retido na fonte	85.924	-	68.811	-
PIS retido na fonte	18.617	-	14.909	-
Contribuições previdenciárias retidas na fonte	29.174	1.121.281	19.299	1.121.281
Total	1.338.849	1.121.281	1.273.639	1.121.281

**Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Financeiras
Em 31 de dezembro de 2023 e de 2022
Em Reais**

13. Parcelamentos de tributos e encargos sociais a recolher

	2023		2022	
	Circulante	Não Circulante	Circulante	Não Circulante
FGTS parcelamentos (i)	219.383	1.694.863	219.383	1.832.794
Parcelamento PERT – Previdenciário (ii)	542.284	2.756.613	542.284	3.298.897
Parcelamento PERT – Demais Débitos (ii)	747.909	3.801.872	747.909	4.549.781
Parcelamento PGFN (iii)	-	-	29.426	-
Parcelamento PGFN (iv)	12.663	-	50.647	12.662
Parcelamento Transação Excep. – Previd. (v)	287.953	239.961	287.953	527.914
Parcelamento Transação Excep. – Demais (v)	600.772	2.302.959	600.772	2.903.730
Parcelamento RFB (vi)	12.834	-	27.834	11.597
Total	2.423.798	10.796.268	2.506.208	13.137.375

- (i) Refere-se a parcelamento do FGTS junto à Caixa Econômica Federal, firmado em fevereiro de 2015 no valor de R\$ 3.290.748 parcelado em 180 meses.
- (ii) Refere-se a parcelamento da Lei 13.496/2017 (PERT) consolidado em outubro de 2017.
- (iii) Refere-se a parcelamento adquirido em abril de 2018 para consolidação de dívidas em outro parcelamento. (Liquidado em 03/2023)
- (iv) Refere-se a parcelamento adquirido em abril de 2019 para entrada em Negócio Jurídico Processual junto a PGFN.
- (v) Refere-se a parcelamento adquirido em novembro de 2020 junto a PGFN, em aproveitamento de parcelamento lançado pela PGFN em decorrência da pandemia, chamado de Transação Excepcional.
- (vi) Refere-se a parcelamento adquirido perante a Receita Federal em apuração de divergências entre DCTF e DIRF da folha de pagamento.

14. Empréstimos e financiamentos

	Encargos	Vencimento	2023		2022	
			Circulante	Não Circulante	Circulante	Não Circulante
Banco Bradesco S/A	0,82% a.m.	15/06/2029	3.185.257	14.333.657	3.185.257	17.518.915
Conta Garantida Banco Itaú	0,99% a.m.	-	3.315.704	-	8.095.372	-
Conta Garantida Santander	1,00% a.m.	22/03/2024	5.161.490	-	60	-
Outros Empréstimos	-	-	4.846	42.599.684	78.119	33.153.820
Juros a Incorrer	-	-	(1.266.364)	(2.853.895)	(1.450.016)	(4.120.259)
Total			10.400.934	54.079.447	9.908.792	46.552.476



**Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Financeiras
Em 31 de dezembro de 2023 e de 2022
Em Reais**

As garantias são avais dos diretores e bens.

Houve uma queda do valor de empréstimos a longo prazo devido a entrada de recursos que foram utilizados para a amortização de dívidas com a credora, conforme contrato de mútuo.

15. Débitos diversos

	2023	2022
Salários a pagar	2.146.116	2.204.799
Provisão de férias e encargos sociais	3.784.222	3.777.749
Provisão de 13 salário e encargos	113.158	127.276
Outras obrigações com pessoal	27.522	7.988
Fornecedores	3.295.810	3.503.587
Total	9.366.828	9.621.399

16. Outros débitos a pagar

	2023	2022
Telefones	4.534	3.835
Energia elétrica	628	4.358
Acordo CPFL	1.722.285	2.206.123
Outros	329.612	340.659
Total	2.057.059	2.554.975

17. Provisões técnicas de operações de assistência à saúde

	2023		2022	
	Circulante	Não Circulante	Circulante	Não Circulante
Provisão de eventos a liquidar para o SUS (i)	-	18.485.575	-	17.115.919
Total	-	18.485.575	-	17.115.919

(i) Ressarcimento ao SUS: Este procedimento está previsto na Instrução Normativa Conjunta ANS nº 5, de 30/09/2011, que determina que as operadoras de planos privados de assistência à saúde devem proceder ao registro contábil relativo ao ressarcimento SUS no passivo, na conta de Provisão de Eventos/Sinistros a Liquidar.



**Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Financeiras
Em 31 de dezembro de 2023 e de 2022
Em Reais**

18. Contingências

	2023	2022
Contingências trabalhistas	370.500	477.992
Total	370.500	477.992

A Administração da Entidade possui processos fiscais, trabalhistas e cíveis em andamento e em fase de defesa. A administração, suportada pela assessoria jurídica, classificou como perda provável R\$ 370.500, havendo provisão nas demonstrações financeiras. Há também processos que foram classificados como perda “possível” ou “remota”, pela assessoria jurídica, que perdura o montante de R\$ 22.879.884 nas áreas civil, fiscal e trabalhista que estão em análise.

19. Débitos diversos de Longo Prazo

	2023	2022
Fornecedores	10.107.643	10.107.643
Prestadores de serviços médicos	6.600.414	6.600.414
Total	16.708.057	16.708.057

Trata-se de débitos sem estimativa de pagamento adquiridos anteriores a 11/2016 e em parte em negociação judicial.



**Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Financeiras
Em 31 de dezembro de 2023 e de 2022
Em Reais**

20. Convênios Públicos a realizar Investimento

	2023	2022
Convenio Federal 807958/2014	192.608	242.608
Convenio Federal 807957/2014	97.917	122.917
Convenio Federal 812384/2014	21.917	27.917
Convenio Federal 807956/2014	64.000	80.000
Convenio Federal 791034/2013	61.250	76.250
Convenio Federal 099156/2013	40.000	50.000
Convenio Federal 800235/2013	97.633	122.633
Convenio Federal 836982/2016	98.442	118.642
Convenio Federal 837585/2016	57.416	70.415
Convenio Federal 848890/2017	315.000	375.000
Convenio Federal 848891/2017	57.500	67.500
Convenio Federal 868777/2018	580.508	674.685
Convenio Federal 821384/2015	287.927	337.286
Convenio Federal 873440/2018	77.303	90.555
Convenio Federal 883464/2019	123.956	142.550
Convenio Estadual 1267/2018	50.000	60.000
Convenio Estadual 1268/2018	35.700	42.500
Convenio Estadual 473/2019	612.168	712.595
Total	2.871.245	3.414.053

20.1 Convênios Públicos a realizar Custeio

	2023	2022
Convenio Estadual 388/2020	1.875.061	1.816.033
Convenio Estadual 268/2020	1.390.636	1.415.213
Convenio Estadual 269/2020	-	8.607
Convenio Estadual 100/2022	-	1
Repasses Municipais a Realizar	-	1.292.000
Repasses Estaduais a Realizar	-	20.600.000
Convenio Estadual 558/2023	4.096.640	-
Total	7.362.337	25.131.854



**Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Financeiras
Em 31 de dezembro de 2023 e de 2022
Em Reais**

20.2 Termos de fomento a realizar

	2023	2022
Termo Fomento 023/2022	49.527	56.059
Termo Fomento 004/2023	37.748	-
Termo Fomento 005/2023	445.250	-
Total	532.525	56.059
Total Geral	10.766.107	28.601.966

Os valores são referentes a subvenções, convênios de custeio e convênios de investimento (imobilizado), termos de fomento, sendo a realização da receita conforme gastos ou a depreciação dos bens adquiridos.

21. Receitas de convênio - SUS

	2023	2022
Serviços Hospitalares – AIH	40.377.188	43.901.298
Ambulatório - AIH	3.589.729	3.319.348
Hemodiálise	6.231.409	5.937.561
Rede Cegonha	1.106.995	1.106.995
Rede Urgência e Emergência	4.540.033	4.540.039
Repasse CCIH	55.000	55.000
Total	55.900.354	58.860.241

21.1 Auxílio COVID

	2023	2022
Auxílio COVID	-	142.500
Total	-	142.500



**Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Financeiras
Em 31 de dezembro de 2023 e de 2022
Em Reais**

22. Receitas com convênios e particulares

	2023	2022
Receitas conveniadas	12.475.204	17.612.475
Receitas particulares	378.868	463.938
Total	12.854.072	18.076.413

23. Subvenções

Foram registradas dentro do grupo de contas de outras receitas operacionais as seguintes subvenções:

	2023	2022
Subvenções municipais (1)	5.528.532	12.652.759
Subvenções estaduais (2)	52.879.669	21.147.538
Subvenções federais (3)	8.403.135	425.581
Total	66.811.336	34.225.878

Essas receitas com subvenções e doações estão classificadas na rubrica “outras receitas operacionais de assistência à saúde não relacionadas com planos de saúde da operadora” na demonstração do resultado do exercício (superávit ou déficit).

Item (1)

Repasse p/ ajuda de custo conf. 35 ° Termo Aditivo de contratualização	42.000
Repasse p/ ajuda de custo conf. 36 ° Termo Aditivo de contratualização	1.250.000
Repasse p/ ajuda de custo conf. 37 ° Termo Aditivo de contratualização	2.000.000
Repasse p/ ajuda de custo conf. 34 ° Termo Aditivo de contratualização	30.000
Repasse p/ ajuda de custo conf. 38 ° Termo Aditivo de contratualização	2.200.000
Termo de Fomento nº 023/2022	6.532
Total	5.528.532



**Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Financeiras
Em 31 de dezembro de 2023 e de 2022
Em Reais**

Item (2)

Convenio estadual 268/2020	1.165.097
Convenio estadual 269/2020	7.336.909
Convenio estadual 388/2020	1.538.862
Convenio estadual 1267/2018	10.000
Convenio estadual 1268/2018	6.800
Convenio estadual 473/2019	100.428
Convenio estadual 100/2022	2.882.485
Convenio estadual 558/2023	18.895.030
Resolução SS 155/2022	20.600.000
Resolução SS 26,29,45,49,64,82,112,113,139 /2023	344.058
Total	52.879.669

Item (3)

Reconhecimento de receita sobre subvenção compra de máquinas/equipamentos	425.581
Auxílio Financeiro de saldo Remanescente a exercício anterior de 2018	3.840.122
Recurso Emergencial Conf. Portaria GM/MS 1.117/2023	500.000
Recurso Temporário ao Piso Nacional da Enfermagem	3.637.432
Total	8.403.135

24. Doações

	2023	2022
Doações e contribuições de pessoas físicas e jurídicas	3.676.629	3.652.843
Total	3.676.629	3.652.843

25. Outras receitas operacionais

	2023	2022
Refeições	113.837	112.323
Receitas diversas hospital	37.263	72.649
Receita Contrato Faculdade de Medicina	-	941.300
Outras recuperações	51.432	18.415
Total	202.532	1.144.687



**Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Financeiras
Em 31 de dezembro de 2023 e de 2022
Em Reais**

26. Receitas patrimoniais

	2023	2022
Receita com aluguel	12.395	35.590
Total	12.395	35.590

27. Receitas Extraordinárias

	2023	2022
Emendas Parlamentares	19.925.273	53.001.810
Total	19.925.273	53.001.810

Portaria 3812 – Incremento MAC custeio – Proposta 36000.475228/2022-00	200.000
Portaria 0649 – Incremento MAC custeio – Proposta 36000.507587/2023-00	5.570.222
Portaria 0811 – Incremento MAC custeio – Proposta 36000.532378/2023-00	1.500.000
Portaria 0812 – Incremento MAC custeio – Proposta 36000.524491/2023-00	200.000
Portaria 0778 – Incremento MAC custeio – Proposta 36000.512179/2023-00	2.000.000
Portaria 1025 – Incremento MAC custeio – Proposta 36000.514404/2023-00	1.000.000
Portaria 1157 – Incremento MAC custeio – Proposta 36000.540526/2023-00	7.000.000
Portaria 1157 – Incremento MAC custeio – Proposta 36000.511200/2023-00	1.955.051
Portaria 0778 – Incremento MAC custeio – Proposta 36000.510480/2023-00	500.000
Total	19.925.273

28. Outras despesas operacionais

	2023	2022
Despesa com operações médico-hospitalar	(40.904.227)	(37.876.630)
Residência médica	(1.621.259)	(1.123.509)
Gêneros alimentícios	(2.860.499)	(2.517.097)
Oxigênio	(419.409)	(420.631)
Drogas e medicamentos	(10.545.259)	(10.775.707)
Material hospitalar	(10.978.855)	(10.862.317)
Material de órtese e prótese	(5.007.487)	(5.019.825)
Esterilização	(404.714)	(344.217)
Outros	(860.458)	(484.774)
Total	(73.602.167)	(69.424.707)



**Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Financeiras
Em 31 de dezembro de 2023 e de 2022
Em Reais**

29. Despesas administrativas

	2023	2022
Despesas de empregados	(44.494.224)	(41.643.286)
Despesas de indenizações	(1.012.716)	(836.889)
Despesas com encargos sociais	(3.240.779)	(2.967.240)
Outras despesas com empregados	(1.810.614)	(1.919.985)
Remunerações por serviços	(2.488.277)	(2.492.866)
Despesas com expediente	(10.416.288)	(9.624.164)
Despesas com contribuições e donativos	(48.291)	(57.914)
Total	(63.511.189)	(59.542.344)

30. Resultado financeiro líquido

	2023	2022
Receitas financeiras	128.184	307.636
Atualização Monetária	721	519
Outras Receitas	127.463	307.117
Despesas financeiras	(7.324.859)	(5.227.141)
Descontos financeiros condicionais	(327.234)	(353)
Juros s/ Empréstimo	(1.450.016)	(1.616.091)
Juros/Multas	(5.474.242)	(3.538.988)
Outras Despesas	(73.367)	(71.709)
Resultado Líquido	(7.196.675)	(4.919.505)



Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Financeiras Em 31 de dezembro de 2023 e de 2022 Em Reais

31. Remuneração da administração

A Entidade não distribui lucros, resultados, dividendos, bonificações, participações ou parcela de seu patrimônio social, sob nenhuma forma ou pretexto, nem mesmo em razão de desligamento, retirada ou falecimento de seus membros, e todos os excedentes financeiros serão revertidos para o cumprimento de suas finalidades. Sua Administração está a cargo de uma Diretoria eleita pelo Conselho de Administração, cujos membros, assim como os do Conselho Fiscal, são eleitos pela Assembleia Geral, por um mandato de quatro anos. O mandato dos membros da Diretoria Executiva é de quatro anos e expira com a eleição e posse dos membros que a sucederão.

32. Imunidade previdenciária usufruída

Em atendimento a legislação vigente os valores relativos às imunidades previdenciárias gozadas durante os exercícios de 2023 e de 2022, correspondem aos montantes de R\$ 8.628.414 e de R\$ 7.411.453, respectivamente.

33. Renúncia fiscal

Em atendimento a ITG 2002 (R1) a entidade tem os tributos mencionados abaixo com base de sua renúncia fiscal: INSS Quota Patronal, PIS/Folha, PIS sobre receitas, COFINS sobre receitas, ISS sobre receitas, IPTU, IPVA, IRPJ, CSLL, IRRF s/ aplicações financeiras. Os membros dos órgãos acima referidos não perceberão direta ou indiretamente, salário, gratificações ou remuneração de qualquer espécie pelos serviços prestados.

34. Aspectos fiscais

Consideram-se isentas as instituições de caráter filantrópico, recreativo, cultural e científico e as associações civis que prestam os serviços para os quais foram constituídas e os coloquem à disposição do grupo de pessoas a que se destinam, sem fins lucrativos. Considera-se entidade sem fins lucrativos a que não apresente superávit nas suas contas ou caso o apresente em determinado exercício, destina-se integralmente à manutenção e ao desenvolvimento dos seus objetivos sociais, desde que atenda as demais condições legais.

A Entidade enquadra-se entre as pessoas jurídicas sem fins lucrativos, de natureza filantrópica, e possui isenção subjetiva quanto ao recolhimento do imposto de renda e da contribuição social sobre o superávit. Isso significa que o desvirtuamento dos objetivos e finalidades da Entidade, ou o não cumprimento das obrigações estabelecidas para as entidades sem fins lucrativos, conforme determina a legislação vigente, pode proporcionar a perda total ou parcial da isenção tributária da qual goza a Entidade.



Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Financeiras Em 31 de dezembro de 2023 e de 2022 Em Reais

A Administração desconhece qualquer problema de natureza legal ou fiscal que possa afetar a Entidade, que está no pleno desenvolvimento de seus objetivos sociais.

Os registros contábeis, fiscais e trabalhistas e das operações da Entidade estão sujeitos a exames das autoridades fiscais e, em decorrência, a eventuais notificações para recolhimentos adicionais de impostos, taxas e contribuições durante prazos prescricionais variáveis (em geral cinco anos), consoante a legislação aplicável a cada circunstância.

35. Gerenciamento de riscos

As operações da Entidade estão expostas a riscos de mercado e de operação, como os de variação de taxa de juros, câmbio, de crédito e de sinistros. Em face das possíveis perdas na realização de ativos, foram constituídas perdas estimadas sobre créditos de liquidação duvidosa. Os riscos são constantemente acompanhados pela Administração.

O gerenciamento dos riscos é feito pela Administração da Entidade no sentido de minimizá-los, mediante estratégias de posições financeiras e sistemas de controles internos.

36. Instrumentos financeiros

Os instrumentos financeiros ativos e passivos constantes no balanço patrimonial, como aplicações financeiras, empréstimos e financiamentos e outras contas a receber e a pagar estão registrados a valores contábeis, os quais se aproximam dos valores justos, conforme critérios mencionados nas correspondentes notas explicativas das práticas contábeis. A Administração da Entidade não realizou nos exercícios operações com derivativos e quaisquer outros ativos em caráter especulativo.

37. Cobertura de seguros

A Administração da Entidade adota a política de contratar seguros de diversas modalidades, cujas coberturas são consideradas suficientes pela Administração e agentes seguradores para fazer face à ocorrência de sinistros. As premissas de riscos adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo da auditoria das demonstrações financeiras, conseqüentemente, não foram examinadas pelos nossos auditores independentes.

**Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Financeiras
Em 31 de dezembro de 2023 e de 2022
Em Reais**

38. Atendimento ao SUS

A Entidade, nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022, efetuou os atendimentos a pacientes relativos ao Sistema Único de Saúde (SUS), no limite mínimo em atendimento a legislação vigente, aplicados anualmente nos exercícios.

a) Internações

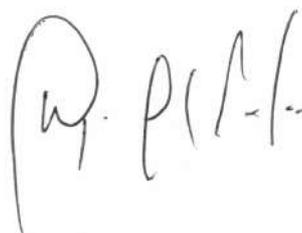
	<u>2023</u>	%	<u>2022</u>	%
SUS	9.457	91%	8.247	83%
Convênios	842	8%	1.563	16%
Particulares	66	1%	84	1%
Total	<u>10.365</u>	<u>100%</u>	<u>9.894</u>	<u>100%</u>

b) Atendimentos Ambulatoriais de Pronto Socorro

	<u>2023</u>	%	<u>2022</u>	%
SUS	154.418	86%	172.470	80%
Convênios	23.872	13%	42.355	19%
Particulares	327	1%	423	1%
Total	<u>178.617</u>	<u>100%</u>	<u>215.248</u>	<u>100%</u>

39. Superávit do Período

A entidade, Santa Casa de Misericórdia de Barretos, no ano de 2023, foi contemplada com alguns recursos provenientes de emendas parlamentares para custeio e uso em geral, que fizeram com que o caixa da instituição melhorasse, totalizado na casa de R\$ 20 milhões (conforme nota explicativa N° 27), objetivando um superávit contábil no período.




Anderson M. da Silva
Téc. em Contabilidade
CRC 1SP 308339/O-4